

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO COMO UMA NOVA LINGUAGEM NAS PRÁTICAS SOCIAIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA¹

Vera Maria Neves SMOLENTZOV²

Resumo: É objetivo deste trabalho fazer uma breve análise da concepção de trabalho no mundo moderno, relacionando-a ao conjunto da sociedade brasileira, levando em conta sua especificidade histórico-cultural e sua dinâmica social peculiar, inserida dentro de um processo de globalização, “*mais sensível às dimensões sociais, políticas e culturais*”, como define Boaventura Santos.

Palavras-chaves: Trabalho; reestruturação produtiva; globalizações; práticas sociais.

1 Limpando conceitos

Boaventura de Souza Santos define “*a globalização como processo pelo qual determinada condição ou entidade local consegue estender a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival*” (1997, p.108). Dito de outro modo, toda globalização pressupõe a localização, pois aquilo que chamamos globalização é sempre a globalização bem sucedida de determinado localismo, ou seja, “*os países centrais especializaram-se em localismos globalizados, enquanto aos países periféricos é imposta a escolha de globalismos localizados*”, levando o sistema-mundo a uma vasta trama desses globalismos/localismos em plena interatividade.

Isso nos remete a um outro problema também de âmbito mundial nas sociedades contemporâneas, a questão cultural, e o multiculturalismo. Ainda para Santos “*o multiculturalismo é a pré-condição de uma relação equilibrada e mutuamente potenciadora entre a competência global e a legitimidade local*” (1997, p.112) o que forma a base de uma política cultural de direitos humanos universais.

Se, de um lado, não se pode negar que um dos aspectos mais preponderantes da globalização esteja na área econômica e da tecnologia, com ênfase especial nas telecomunicações, e na organização da produção independentemente das fronteiras

¹ Trabalho apresentado no curso de doutorado **Trabalho e Sociedade: novos temas, velhas questões**, ministrado pela Profa. Dra. Leila Maria da Silva Blass, PUC/SP, nov. 2001.

² Mestre e doutoranda em Ciências Sociais pela PUC/SP. Docente da FAC-FEA. CEP. 16015-280. Araçatuba (SP)

nacionais e continentais, estabelecendo o fim da sazonalidade em escala transnacional; por outro, o mesmo não pode ser dito na área da *política*, da negociação política inter empresas, e entre elas e os Estados-Nações, assim como entre eles e os organismos internacionais mas, sempre através de uma negociação política. Essa negociação passa a ter, por isso mesmo, um papel fundamental no mundo contemporâneo, especialmente na forma de distribuição da riqueza mundial produzida e que, segundo E. Hobsbawn (ip.) “*está se tornando dramaticamente mais desequilibrada porque um número extremamente restrito de pessoas está acumulando riqueza sem qualquer precedente, desde a época feudal, e o volume de riqueza mundial em mãos de alguns indivíduos, em torno de 1%, é simplesmente assombroso*” (2000, p.100-101). Esta tremenda desproporção na distribuição mundial da riqueza tem profundas implicações na ordem político-social planetária, devendo se constituir, por isso mesmo, num dos principais desafios do século XXI.

Em relação à divisão internacional do trabalho uma grande transformação passa a se verificar no mercado mundial, agora sob estrito e rigoroso controle migratório por parte dos principais países centrais capitalistas que adotaram políticas fortemente discricionárias em relação à mão de obra internacional.

É nesse cenário de intensas transformações econômicas, mas, sobretudo sociais, políticas e culturais que se encontra o frágil mundo do trabalho no Brasil. Constituído de uma maioria da população que sequer domina seus códigos lingüísticos mais básicos, graças a uma escola pública deteriorada e uma baixa escolaridade, o trabalhador brasileiro acaba tendo uma outra grande dificuldade de inserção no mercado de trabalho, pois não é apenas o trabalhador não qualificado ou pouco preparado que encontra dificuldade de inserção nesse mercado. Uma das faces dessas mudanças ocorridas atualmente em âmbito global é o novo perfil do desempregado e a impossibilidade de reinserção dos desempregados qualificados e dos jovens, com o retardamento da sua entrada no mercado de trabalho, agravada ainda mais pela entrada do contingente feminino nesse mercado.

Num país cuja mão de obra é tão barata que, muitas vezes, não compensa o investimento de uma tecnologia de ponta por parte das empresas transnacionais (embora essa decisão vá depender, em última instância, do capital), e um sistema produtivo desequilibrado, do ponto de vista da modernização tecnológica. Mesmo assim, ainda se fala aqui no Brasil, na reestruturação produtiva como uma das causas principais do desemprego atual, ao lado da globalização e de suas implicações sociais, sem se dar conta de que essa reestruturação produtiva deve ser analisada de forma muito mais ampla, porque diz respeito a toda a produção, e não apenas às modificações tecnológicas ocorridas na indústria automobilística, que tem sido usada como paradigma dessas análises. Dessa forma, toda a reflexão no mundo do

trabalho é feita, basicamente, em cima da indústria automobilística, dos bancos, do comércio e do ensino, onde quem aciona a produção é o cliente (“*just in time*”, tendo como princípios o taylorismo/fordismo e como ação emblemática, a experiência japonesa), embora não se possa negar que tenha havido uma grande mudança nos padrões tecnológicos dos outros setores da produção. Na verdade, a globalização não existe da forma em que é colocada e de forma descontextualizada, sempre apresentada com altos investimentos de capital/tecnologia e liberação de mão de obra, numa relação direta e determinista entre reestruturação produtiva e investimento de capital. A redução dos postos de trabalho é discutível nesse processo, pois em termos da produção, não há grandes diferenças mundiais (Brasil/França/Japão). A diferença está mesmo no “chão da fábrica”, na estruturação da força de trabalho. Na verdade, é preciso que se destaque que existem, isto sim, outras práticas de trabalho na sociedade capitalista, uma grande diversidade e pluralidade de trabalho, como o trabalhador “por conta própria”, médico, diarista, etc. Essas práticas de trabalho que se realizam, mas não são fabris, não implicam, necessariamente, na materialização do valor de uso do trabalho. Isso porque a noção de trabalho é muito mais ampla do que a de emprego, que pressupõe uma forma de assalariamento dos trabalhadores para seu acesso aos bens e serviços ofertados. Dessa forma “*o trabalho recobre um conjunto amplo de práticas que a noção de emprego ou de trabalho assalariado não abrange*” (BLASS, 2000, p.4). Assim, a reformulação das relações do trabalho, como flexibilização, intensificação do mercado feminino, ampliação do tempo livre e atividades de não trabalho (daqueles que não são responsáveis pelas atividades de lazer, como trabalhadores), através de novas tecnologias, (como a robotização da pintura na indústria automobilística), se constituem na verdade e, segundo Blass, *nas metamorfoses do mundo do trabalho*. “*O trabalho, ainda segundo Blass, possui uma linguagem, resultado das tradições culturais herdadas e das várias experiências históricas. Nessa medida, a desconstrução teórica da noção moderna de trabalho coloca-se como um imperativo, mostrando que as práticas de trabalho fabril seriam uma das formas históricas de assalariamento das sociedades capitalistas ocidentais*” (2000, p.4).

2 A heterogeneidade do trabalho como uma nova linguagem nas práticas sociais na sociedade brasileira

Em relação a sociedade brasileira constata-se que, verdadeiros *agentes da civilização*, os *brasilíndios*, moldável e qualquer circunstância segundo Darcy Ribeiro, criaram um gênero novo que não pertencia nem se reconhecia pelos

européus, índios ou negros e eram, ao invés de ser um só, uma mistura de todos eles. Dessa forma, alcançaram uma grande eficiência ao lidar com a floresta e eram indispensáveis aos europeus pelo seu “saber técnico”. Falavam sua própria língua - adaptada das outras, por força da rejeição que sofriam delas, tinham sua própria cosmogonia e viviam uma vida “aventureira”, livre da “pasmaceira” das aldeias, do trabalho escravo, mas, ao mesmo tempo, integrados na economia mundial com a qual estabeleciam vínculos importantes na compra de bens estrangeiros e na venda de alguma mercadoria aqui produzida. Foi assim que, “vivendo à procura de sua identidade, o que se abre para eles é o espaço de ambigüidade”, gerando grandes tensões e conflitos (2000).

Descendentes dos portugueses, também eles um povo formado de mestiço sem qualquer orgulho de raça e pertencentes ao grupo dos povos “aventureiros”, segundo Sérgio Buarque de Holanda, deles herdaram os brasileiros sua ousadia e plasticidade, sua enorme adaptabilidade, seu gosto pela aventura e “busca pela riqueza que custa ousadia e não riqueza que custa trabalho, de ganho fácil” (1971, p.18). A primeira consequência dessa aproximação foi uma pouca distância entre dominantes e dominados e uma grande inter-relação social e cultural entre eles, absolutamente fundante no processo de formação de identidade e do imaginário do povo brasileiro, dando um perfil singular às relações sociais no Brasil.

Para Sérgio Buarque de Holanda, duas formas vão regular o trabalho no Brasil, reafirmando a nossa própria constituição histórica de heterogeneidade: a do trabalhador (dedicado à colonização) e a do aventureiro (o próprio português dedicado à conquista e visto de forma pejorativa), daí a dificuldade de se implementar a *ética do trabalho* num contexto histórico em que a escravidão era a forma dominante de trabalho, até quase o século XIX e o trabalhador “livre” e pobre via no trabalho organizado a forma mais degradada de existência. Com o passar do tempo, foram esses trabalhadores livres reconhecidos, principalmente pelos senhores de escravos, como verdadeiros “vadios” e imprestáveis para o trabalho. “O importante nesse processo de rejeição causado pela ordem escravocrata é que qualquer trabalho manual passa a ser considerado como coisa de escravo e, portanto, aviltante e repugnante” (KOVARICK, 1994, p.43).

Dessa forma, o homem livre, marginalizado e considerado vagabundo itinerante, acaba não passando pela “escola de trabalho”, nem tendo experiência com um sistema de trabalho organizado, disciplinado, e racional dentro das regras capitalistas. Essa formação cultural, aliada ao próprio desenvolvimento histórico do país, que sempre fez parte do sistema-mundo num processo de acumulação comercial desigual, vai ser fundamental para que se possa perceber a heterogeneidade das práticas de trabalho no Brasil. Aqui, ele vai ter uma outra representação no cotidiano do povo e das relações sociais, que passam a ser fortemente marcadas por essa visão aviltante e degradante do trabalho escravo.

Daí, a intensa rejeição pelas formas de trabalho manual, em contrapartida à aceitação do trabalho intelectual como símbolo de distinção social.

E, em *tempos de globalização*, quando as grandes empresas oligopolistas e transnacionais impõem seus padrões de trabalho compatíveis com as prescrições taylorista/fordista, muito mais próximos do modelo anglo-saxão do *espírito capitalista*, mas que, ao mesmo tempo, se voltam preocupados para a busca de trabalhadores profissionais com flexibilidade, versatilidade, espírito de liderança e muita criatividade, que devemos nos perguntar se não tem sido esse o perfil desse nosso povo brasileiro. Além de tudo isso, uma outra questão também se impõe e precisa ser levantada, a de que o trabalho precisa ser inserido no real vivido, dentro de seu contexto histórico e seu universo cultural, e que ele mais do que uma atividade produtiva, lucrativa e capitalista deve ser uma prática ligada à sociabilidade, ao lazer, à alegria de viver, e *em que medida é possível conciliar trabalho e festa?*

E, ainda, *trabalho para quê*, senão para o homem, com toda sua multiplicidade, numa relação harmônica com a natureza, e dentro de uma estrita ética da responsabilidade!...

SMOLENTZOV, Vera Maria Neves. Some considerations on work as a new Language in the social practices in the Brazilian Society. **Economia & Pesquisa**. Araçatuba, v.4, n.4, p. 16-21, mar. 2002.

Abstract: The objective of this study is to make a short analysis of the conception of work in the modern world, relating it to the Brazilian society setting, taking into account its historical cultural specificity and its particular social dynamics, inserted in a globalization process, more sensitive to the social, political and cultural dimensions, as it is defined by Boaventura Santos.

Keywords: Work; productive restructuring; globalizations; social practices.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLASS, Leila. Trabalho e suas metamorfoses. In: DOWBOR, L. (org), **Desafios da globalização**, Petrópolis, Vozes, 1998.

_____. **Produzindo o desfile:** o trabalho no barracão da escola de samba. Margem 8, 1998.

_____. A formação multicultural do trabalhador assalariado: o invisível pertinente. Anais do **IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências sociais**,

Porto-Portugal, 4 a 8 de set. de 2000.

_____. **De volta ao futuro o discurso empresarial e sindical no fim da Autolatina.** São Paulo: Educ, 2001.

HOBBSBAWN, Eric. **O novo século.** São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

HOLANDA, S. Buarque. **Raízes do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

KOVARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem:** a origem do trabalho livre no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. **Lua Nova, Revista de Cultura e Política,** São Paulo, n. 37, 1997.